

HEIDEGGER E O ESTADO

Efren Fernandez Pousa Junior ¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar de forma detalhada a relação pessoal do filósofo alemão Martin Heidegger com o Estado nacional-socialista que se instaurou com a ascensão de Adolf Hitler ao poder no ano de 1933. Abordará, especificamente, se a política hitlerista alemã, a realidade social e o envolvimento voraz do filósofo com o mundo acadêmico da época foram capazes de levá-lo a aceitar as tentações da ideologia nazista e com ela envolver-se. A influência decisiva de Nietzsche nas tomadas de decisões de Heidegger, utilizando-se do conceito de niilismo, há de ser invocado para salvaguardar os conflitos que se instauraram no subconsciente do filósofo. Por fim, a grande resposta que se busca neste trabalho: Martin Heidegger sucumbiu às idéias “nazi” impostas pelo 3º Reich, ou sua ideologia e seu trabalho filosófico tornaram insustentável esta relação, fazendo com que ele fosse obrigado, por sua consciência, a se afastar do ambiente político do Estado Alemão nazista?

PALAVRAS CHAVES: Heidegger, nazismo, niilismo, filosofia alemã.

1. INTRODUÇÃO

Para que possamos entender a postura de Heidegger dentro do Estado Alemão devemos analisar suas duas principais atividades naquela época: a primeira diz respeito à sua atuação como membro ativo dentro da Estrutura de Ensino do Estado e a segunda atinente à sua participação como membro do Partido Nacional

¹ O Autor é advogado em São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Direito Penal pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, pós-graduado em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Salesiano, Bacharel em Direito, Bacharel e Licenciado em Física. Membro da Instituição Educacional "Núcleo Diretriz de Estudos da Filosofia" em SP.

Socialista dos Trabalhadores Alemães, cujas idéias de Tirania se lhe impunham pelo Estado Nazista pelo simples fato de sua atuação dentro dele.

Nesta análise a influência do niilismo em Heidegger é outro assunto que não pode deixar de vir à tona, vez que determinante na tomada de suas decisões frente ao Estado Germânico. Numa fase da vida do filósofo de grandes dúvidas sua obra de maior influência no período, “Nietzsche - Metafísica e niilismo”, escrita entre os anos de 1946 e 1948 só vem corroborar com a colocação de que o filósofo não conseguiu suportar as atrocidades perpetradas pelo regime e dele se afastou. Nesta temática e com fulcro nas afirmações do próprio Nietzsche, onde aponta ser o niilismo um processo de desvalorização de valores tidos como sagrados, Martin Heidegger conseguiu tornar evidente a compreensão do que lhe foi imposto e que mais tarde designou como sendo “um longo processo de enfermidade humana no curso da história”²

2. A BUSCA DE HEIDEGGER POR SEUS IDEAIS: A RENOVAÇÃO DA CULTURA ALEMÃ

2.1. Heidegger e a educação do cidadão no Estado Alemão

A relação de Heidegger com o Estado Alemão é delicada. O risco de uma abordagem superficial está justamente em envolvê-lo com as atrocidades perpetradas durante o nazismo³; mazela, inclusive, em torno da qual os comentadores de sua biografia se posicionam de duas maneiras bem distintas: - no primeiro grupo encontram-se aqueles que se levantam com um tom inflamado de denúncias e que apontariam para uma qualidade do filósofo de tentar “nazificar” a universidade alemã e, portanto, denunciando intrínseco e fugaz engajamento seu com o nazismo; no segundo grupamento aqueles que vão ao encontro da defesa passional de Heidegger pautada nos ideais culturais e universitários, a mais pura política universitária oficial e que, não querendo se

² QUIRINO, Túlio Tibério. O niilismo como lógica do Ocidente. Artigo científico. Ano de 2009. Doutor em Filosofia pela UFRJ.

³ Na década de 1930 o nazismo não era um movimento monolítico, mas sim uma combinação de várias ideologias e filosofias centradas principalmente no nacionalismo, no anticomunismo e no tradicionalismo. Uma de suas motivações foi a insatisfação com o Tratado de Versalhes que era entendido como uma conspiração judaico-comunista para humilhar a Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial. O Partido Nazista chegou ao poder na Alemanha em 1933.

envolver na prática nazi-militar almejava, simplesmente, o desenvolvimento da educação e da cultura plena; inclusive, como ele próprio auto-afirmava ser em seus discursos “o grande renovador da educação alemã”.

A obra “Ascensão e Queda do III Reich”, escrita por William Shirer⁴ relata o grande número de docentes do ensino superior que se submeteram ao processo de “nazificação”. As estatísticas indicam que: “*aproximadamente três quartos da população docente permaneceu em seus postos e ao começar o outono de 1933 uns 960 deles liderados por sumidades como: o Professor Sauerbruch, cirurgião; Heidegger, o filósofo existencialista e Pinder, historiador da arte, manifestaram um certo e restrito voto de apoio ao regime nacional-socialista*” – **grifamos.**

No auge de sua carreira como educador vivia-se na Alemanha o período da República de Weimar, acusada de amplo colaboracionismo com as potências que impuseram o Tratado de Versalhes a essa nação no pós primeira guerra. Isso fazia com que tal política causasse descontentamento geral na sociedade civil e em determinadas áreas das forças armadas, em especial, aquela facção representada pela elite militar prussiana. Em 1932 poucos intelectuais mundiais renomados acreditavam na República Alemã, entre eles o jurista austríaco Hans Kelsen, que constatava que para a maioria da juventude germânica as idéias liberais teriam definitivamente malgrado naquele país.

O alemão Carl Schmitt, inclusive, justificaria a necessidade de um Estado que artificialmente regulasse conflitos, possuindo poder absoluto e força ilimitada, sobrepondo-se às individualidades. Manifestou-se: “*o liberalismo será incapaz de conter a tendência de desagregação da sociedade civil, causada por conflitos ideológicos e individualistas.*”⁵ Essa proposta de um Estado “forte” entraria em vigor no Terceiro Reich, instância culminante das diretrizes de Adolf Hitler com autoridade independente de qualquer legitimação inclusive dos poderes Legislativo e Judiciário.

⁴ SHIRER, William. Ascensão e queda do III Reich. Trad. Pedro Pomar. 3ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁵ SAFRANKI, R. Heidegger: Um mestre na Alemanha entre o bem e o mal. Tradução Lya Luft. São Paulo. Editora Geração, 2000.

Envolto neste cenário, Heidegger, então Professor da Universidade de Freiburg foi eleito Reitor em 1933 quase por unanimidade. Crédulo de que o novo governo seria uma benesse à cultura alemã em seu discurso de posse professava idéias educacionais revolucionárias para a universidade, as quais se coadunariam com outras que acreditava capazes de restaurar a identidade do povo alemão e formar indivíduos com força produtiva suficiente para tirar o país da crise que se instaurara.

Para o filósofo somente os elementos advindos de um Estado forte, no que compete principalmente às idéias políticas alemãs, faria com que a figura do cidadão germânico fosse capaz de defender seus interesses de indivíduos e de conduzir-se à superioridade educacional e científica. Segundo, Roberto S. Kahlmeyer Mertens⁶ em sua obra “Heidegger o Estado e a Educação”: *essas idéias se aproximariam das de Carl Schmitt, que via Hitler como a personificação do antigo Estado Absoluto, condutor de uma política de hegemonia étnica, suprimindo conflitos ideológicos e individualistas em que a sociedade sacrificaria seus direitos individuais, obedecendo fielmente às diretivas dadas pelo poder público.* Contudo, os dois Autores alemães divergiam entre eles, pois Schmitt via no ditador uma figura necessária à reimplementação e conservação da ordem pública do Estado, Heidegger, por sua vez, o interpretava apenas como o representante de uma revolução social necessária e que apenas implementaria uma política de educação mais bem estruturada no Estado Alemão.

As idéias de Heidegger no que tangem à política do Estado Alemão assumem uma feição de repulsa a partir dos anos de 1940, fazendo com que o filósofo não se mostrasse conivente com a ideologia disseminada pelo partido nacional-socialista germânico à época. Presume-se, portanto, que o conceito de cidadão dentro do Estado Alemão, mencionado por Heidegger, estava longe do significado vislumbrado em sua principal obra “Ser e Tempo”, que apontava para a resolução de um indivíduo com um sentido autêntico à realização de sua existência – o ser-aí, capaz de estruturar no jovem alemão um imperativo ético com base na responsabilidade e no cuidado próprio do indivíduo como ser-no-mundo.

⁶ KAHLMEYER-MERTENS, R. S. Filosofia primeira – Estudos sobre Heidegger e outros autores. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

Novamente, Kahlmeyer⁷ intriga a todos, pois aponta uma clara contradição interna na referida obra “ser e tempo”: *Fala-se do ser-no-mundo como coisa singular entregue às urgências próprias de sua existência em face do risco do comportamento impessoal; depois, do ser-no-mundo, como aquele que depende de ser autenticamente conduzido pela força a uma realização que não está dissociada do coletivo - grifamos*. Posturas estas conflitantes dentro do pensamento de Heidegger e que seriam capazes de sustentá-lo dentro da filosofia nazi.

Em diversas oportunidades, Martin Heidegger defendeu a posição de que somente uma universidade criada nos moldes de superioridade e tradição seria capaz de formar os cidadãos e futuros governantes para os estratos sociais. E mais, os cursos técnicos implantados por ele e chamados de “oficinas” jamais tiveram qualquer visão bélica ou desagregadora da paz, frise-se, ao contrário do que ainda hoje alguns comentadores tentam afirmar, jamais houve intenção de utilizar os referidos cursos para a implantação de quaisquer sistemas que pregassem a superioridade étnica ou ideais anti-semíticos. Esta superioridade de que fala o filósofo tratava-se apenas da evolução e melhora do indivíduo em termos de profissionalização, em especial daqueles conhecimentos necessários à indústria e escassos naquela época, criando meios de subsistência e inclusive até mesmo outras funções, como a segurança do Estado, mas sempre, segundo Heidegger, no melhor intuito da superioridade do ser.

Para o filósofo, a união da universidade com a escola técnica seria capaz de ampliar o potencial produtivo da nação, fortalecendo o Estado e as condições de um bom governo, *para, quem sabe, realizar o ideal da bela cidade platônica (Kallipolis) na própria Alemanha*.⁸

Desafortunadamente, tal modelo proposto por Heidegger acerca da união universidade-escola técnica não convenceu, sequer, a comunidade acadêmica da época de que não havia neste ato uma corporificação, crença e obediência disciplinadas àquele Estado totalitário, ensejando por fim um imenso desagrado quanto às suas prescrições.

⁷ Idem ao anterior.

⁸ Idem ao anterior.

Entre os críticos mais cáusticos em relação às políticas educacionais adotadas por Heidegger estava Erich Jaensch⁹, um antigo colega de Heidegger, que escreveu diversos pareceres acusando-o de que suas idéias e seu conteúdo temático não passariam de ideologia nazi-fascista travestida de filosofia da existência. Também o chileno Victor Farias¹⁰, que trabalhou com Heidegger na Alemanha, em sua obra “Heidegger e o Nazismo – Moral e Política”, acreditava que: “*Heidegger contribuiu para a revolução nacional-socialista na universidade redigindo relatórios instando as autoridades a não nomear um professor estritamente ligado ao “judeu” Frankel ou ainda proibiu, por sua própria iniciativa, a participação de não arianos numa cerimônia universitária oficial, o que mostra sim um engajamento do filósofo ao nazismo*”. Posteriormente, Guido Scheneberger publicou textos em 1962, até aquela época desconhecidos, que em sua opinião evidenciariam a adesão plena de Heidegger ao nacional-socialismo nos anos de 1933/34.

2.2. Heidegger e a Tirania no Estado nazista alemão

A experiência filosófica de Heidegger em “Ser e Tempo” representa uma radicalização do movimento iniciado por Husserl¹¹ no sentido da exteriorização do pensamento. A fenomenologia “heideggeriana” apreendia a consciência, na sua estrutura nativa, como abertura do ser-para-o-mundo, ou seja, expunha que a autenticidade do indivíduo ocorria quando ele se sacrificava em prol do destino particular da comunidade e do Estado a que pertencia.

Neste sentido nada seria mais absurdo que ver nas meditações do filósofo algo como uma ideologia filosófica do nazismo. Como visto no tópico anterior não era este o pensamento de diversos estudiosos de Heidegger. Assim, manifesta-se o doutor em filosofia pela Universidade de Paris, o professor Emmanuel Faye¹², ao observar que “*o nazismo está intrínseco na obras de Heidegger*”, ou ainda, “*o nazismo*

⁹ In LOPARIC, Z. Heidegger. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2004.

¹⁰ FARIAS, Victor. Heidegger e o Nazismo – Moral e Política. Tradução de Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹¹ Edmund Husserl foi fundador do estudo da fenomenologia e professor de Heidegger. A principal obra do filósofo “Ser e Tempo” é dedicado a Husserl, que posteriormente não a aprovou, o que ocasionou o rompimento entre ambos, mestre e pupilo.

¹² FAYE, Emmanuel.

está no coração dessa filosofia, mas a convicção nazi de Heidegger vem do fundo da sua filosofia”.

Diferentemente desta opinião professamos do entendimento que não foi na verdade como cidadão privado, mas, sobretudo, como filósofo, em nome de razões filosóficas, que Heidegger envolveu-se com a política nazi e se pôs como educador ao serviço dela. Somente estas as razões que podem afastá-lo das idéias nazistas que hoje inquisidores tardios alucinam em impingir ao filósofo.

Mas vale também lembrar que nossa postura é minoritária dentre os apontamentos de outros comentadores e doutrinadores da vida de Heidegger e sua relação com o Estado germânico. Grande parte deles afirma que o nazismo está aí como sub-enunciado e astuciosamente emboscado entre as linhas dos textos “heideggerianos”, potencialmente deslocado de seus escritos, mas colocado na sua imagem de pensar como forma e conteúdo. Para eles seria neste plano pré-ideológico em que se deveria colocar o problema Heidegger e a política, Heidegger e o Estado e por fim, Heidegger e o nazismo.

Defende esta postura de um nazismo obscurecido e intrínseco em Martin Heidegger, Dias¹³, conforme delinea: *tanto mais que a relação da filosofia e do Estado, ou da verdade e do poder, não é, nunca foi, extrínseca. Um novo modelo do poder requer um novo modelo da verdade e o inverso. Em especial, a filosofia metafísica moldou-se pelo aparelho estatal e em troca, o Estado sai “fundado”, assegurado numa petição ontológica, reconhecido como a verdade ou a razão realizadas, ou como a realidade de um absoluto, de um universal, espírito em ato. Mas nunca essa filosofia se limitou a “reproduzir” na forma de modelos da verdade estados efetivos.*¹⁴

Na verdade, novamente pedimos escusas aos estudiosos e leitores, mas temos de discordar. Entendemos que tal filosofia, ainda que intrínseca às ideologias de Heidegger, não chegou a se concretizar em ações contributivas ao

¹³ DIAS, Sousa. Nota sobre Heidegger e a Tirania – Rizologias 2010. Originalmente publicado na Revista da Associação de Professores de Filosofia da Universidade da Beira Interior. Portugal. Cadernos de Filosofia, nº 02 (Jan/1990 sobre Heidegger).

¹⁴ Idem ao anterior.

estado hitlerista. Inclusive, está apta a rever-se numa forma reativa de “niilismo” às formas de Estado não legitimadas e antidemocráticas, concretizando, por fim, no filósofo, seu ressurgimento espiritual e crença em seus antigos ideais.

E mais, para Heidegger a consideração do nacional-socialismo como destino do povo alemão era apenas a indicação do assentimento da nação alemã na grandiosa missão para seu expansionismo cultural. A justificação de um Estado totalitário melhor adequado ao mundo moderno dominado pela técnica não poderia ser aceito. O caráter universitário desse empenhamento, a sua aceitação de funções oficiais, as suas incitações à colaboração patriótica dos estudantes, o seu sonho de fazer da universidade alemã com o hitlerismo a vanguarda de um renascimento espiritual europeu, era a idéia do filósofo como missão da universidade na revolução nacional. Mas, por desilusão com a desvirtuação efetiva do movimento nacional-socialista com o seu crescente desvio da sua verdade inicial e por perda da fé Heidegger isolou-se de todas estas relações em uma segunda fase de sua evolução.¹⁵

Assim notou René Schérer¹⁶ e de seu pensamento compartilhamos: *“em Heidegger nunca será posta em causa, nem ao longo de toda a duração do regime, nem depois, uma significação autêntica do nacional-socialismo, o fato de ele se ter historicamente confundido com o destino do povo alemão. Nem outra coisa seria possível: pôr em causa essa significação equivaleria, para Heidegger, admitir como inautêntica também, a sua própria experiência de pensamento fundamental.”*

Na verdade todos esses fatos evocados vêm do calar-se do filósofo, talvez em nome do estado hitlerista, talvez ainda envolto na filosofia do esquecimento sob o ponto de vista do poder do niilismo. Heidegger oficialmente jamais respondeu a qualquer questionamento acerca de seu apoio ao nazismo, exceção feita em sua última entrevista antes de morrer ao *Der Spiegel* em que sem denunciar seu sentimento contra o horror nazista via nisso uma desfiguração de um ideal legítimo alemão e uma indevida apropriação do destino nacional ao expor em duas frases avulsas que corroboraram com seu

¹⁵ PALMIER, Jean Michel. A experiência do pensamento.

¹⁶ SCHÉRER-ARION, René. “Heidegger l’expérience de la pensée, Seghers”, Paris, 1973.

afastamento de qualquer relação sua com o Estado criado pelo Führer. Descrevo-as já que traçam todo um sentimento por si só: xxx.

Por fim, há de se aventar em Heidegger uma outra faceta de intelectualidade liberada de seu inconsciente após a decepção política - a poesia, objeto capaz de fazê-lo prosseguir e aprofundar seu pensamento e seus estudos com temas da Pátria e da Terra, mas confirmando de forma cada vez mais explícita sua desvinculação com o nacionalismo exagerado.

Retoma aí neste momento de sua vida o estudo da verdade do ser e seu amadurecimento através do pensamento político. Mas, nada é mais difícil de ser entendido dentro da mente do próprio Heidegger, porque na verdade não se trata só de aceitar os fatos por que passou, mas de certa forma mudar a maneira de seu pensar, mudar de vida, de viver de outra maneira, daí todo seu entrosamento com os pensamentos de Nietzsche.

3. O NILISMO ERUPTIVO EM MARTIN HEIDEGGER

A obra de maior influência de Heidegger e que explica sua própria relação interna com o estado nazista foi “Nietzsche - Metafísica e niilismo” escrita a partir do ano de 1946. Tinha como base de estudo a afirmação já desenvolvida anteriormente por Nietzsche em que expunha o niilismo como uma consequência de um processo de desvalorização dos valores tidos como sagrados.¹⁷ Ao propor uma interpretação do fenômeno do niilismo, o filósofo, que tinha visto ruir suas aspirações acerca da relação estado-educação, pretendia tornar evidente sua compreensão daquilo que designava como sendo um longo processo de enfermidade humana no curso da história e comprovar sua total desvinculação com os atos decorrentes das atrocidades cometidas pela sociedade acadêmica hitlerista em nome do Estado Alemão.

¹⁷ A este respeito declarou o próprio Nietzsche: *O niilismo como estado psicológico terá de se declarar primeiro quando procuramos em todo acontecimento um “sentido” que não há; assim, quem procura perde finalmente o ânimo. Niilismo é então o tornar-se consciente do grande e duradouro desperdício de força, a vergonha de si mesmo, como de alguém que tivesse se enganado durante muito tempo.*

Acerca do niilismo e do que Nietzsche assinala a respeito deste fenômeno, declarou Heidegger: *Pensado em sua essência, o niilismo é muito mais o movimento fundamental da história do ocidente. Ele traz à tona um curso profundo tal que o seu desdobramento só pode ter ainda por conseqüências catástrofes mundiais. O niilismo é o movimento histórico mundial dos povos da Terra que se estendem em meio ao âmbito de poder da modernidade. Por isso ele não é somente um fenômeno do tempo presente, também não somente o produto do século dezenove, no qual em verdade uma visada mais incisiva para o niilismo vem-a-ser desperta e no qual o nome niilismo se torna usual. O niilismo tampouco é apenas o produto de nações singulares, cujos pensadores e escritores falam propriamente de niilismo. Aqueles que se arrogam livres dele impelem, talvez, o seu desenvolvimento da maneira mais fundamental. Pertence ao caráter sinistro desse sinistro hóspede a impossibilidade de nomear a sua própria proveniência.*¹⁸

O niilismo deriva, pois, de um movimento de expansão da crise e da supressão daquele que era justamente o fundamento daquilo que fora pensado como sendo a finalidade da totalidade do real e que se desagrega por completo, decorrendo daí um processo de despotenciação do espírito, de declínio na crença no deus e nos valores sagrados subjacentes a tal crença.

Se considerarmos retrospectivamente a obra de Nietzsche, é em função do acontecimento maior, por ele anunciado como sendo a morte de deus, que se abre o horizonte de compreensão do fenômeno do niilismo eruptivo em Heidegger. Todas suas ambições de transformar a juventude alemã através de uma universidade forte estavam mortas com as imposições e desvirtuamentos advindos da sociedade hitlerista.

De acordo com Heidegger: *“O estranho pensamento da morte de um deus e do morrer dos deuses, já era familiar ao jovem Nietzsche. Numa anotação do tempo de elaboração de seu primeiro texto, O Nascimento da Tragédia, Nietzsche escreve: “Creio no dito proto-germânico: todos os deuses têm de morrer”. O jovem Hegel menciona, na conclusão do ensaio “Fé e saber”, o “sentimento, em que se assenta a*

¹⁸ HEIDEGGER, Martin. A sentença nietzscheana - Deus está morto. 2003.

religião do novo tempo (a idade moderna) – o sentimento: o próprio deus morreu...". O dito de Hegel pensa outra coisa que o de Nietzsche [pensa] no seu.¹⁹

A significação deste dito, pelo menos de acordo com a declaração de Martin Heidegger indica que seu deus, como objetivo máximo, meta de todo real, está morto²⁰. A partir daí o filósofo perde toda sua força imperativa e construtora e não lhe resta mais nada que possa mantê-lo em direção inicial ou sequer direcioná-lo numa nova direção. *A sentença "deus está morto" encerra em si a constatação do niilismo, "o mais sinistro de todos os hóspedes", encontra-se à porta.²¹*

Pelo exposto é que se entende que Heidegger sofreu as influências do fenômeno quando percebeu a demolição de seus valores sagrados e da tradição alemã, engendrando, assim, um desmoronamento dos valores culturais, esvaziamento radical de evolução dos ideais da universidade alemã e a ausência de manter-se ativo academicamente nos moldes impostos pela comunidade científica submissa ao Reich. O seu deus, o seu “poder”²² tinha fadado ao fracasso e ele, Heidegger, não podia aceitar a intensificação e o aperfeiçoamento da ciência e da técnica nos moldes impostos pelo Estado alemão.

4. HANS SLUGA E TOM ROCKMORE - UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DO PENSAMENTO “HEIDEGGERIANO” DE ESTADO

5. CONCLUSÃO

Um trabalho acerca de divergências tão amplas sobre a vida de Heidegger não se encerra facilmente. Longe de esgotar o tema, espera-se ter

¹⁹ HEIDEGGER, M. A sentença nietzscheana - Deus está morto - pág. 248-249. Ano de 2003.

²⁰ Nietzsche afirma que depois de tanta energia espiritual gasta numa grande meta e esta termina por se mostrar como uma empresa fadada ao fracasso sobrevém daí, o mais sinistro de todos os hóspedes da “alma humana”: o niilismo.

²¹ HEIDEGGER, M. A sentença nietzscheana - Deus está morto. Ano de 2003.

²² Ainda, de acordo com Nietzsche, a natureza deve ser interpretada como expressão da vontade e poder. Neste sentido afirma que a vida como a forma do ser que nos é mais familiar é especificamente uma vontade de acumulação de força que anseia por um sentimento maximal de poder daquilo que se busca.

conseguido demonstrar três aspectos importantes. Primeiro, a evidente relação da temática com o mundo jurídico, tornada clara na proximidade da moral filosófica e da política e também a congruência que uma análise sobre a conduta deste homem possui com o mundo do dever-ser, palco honorário das divagações sobre os elementos subjetivos e coativos que circundaram a época em que se perpetrou o nazismo. Outro ponto, e o final, é a importância do niilismo como mantenedora de um sistema principiológico, sem recorrer a figuras de remorso ou consciência tormentosa atuantes sobre a conduta humana do filósofo.

Em que pese a postura da maioria dos estudiosos da biografia de Martin Heidegger, em especial Emmanuel Faye e os demais anteriormente apontados, dentre muitos outros mais, ao colocá-lo a serviço, ou ao menos envolto, em ligações com o nacional-socialismo alemão, a ponto, inclusive, de ser contextualizado como “nazista”, tendo por pressuposto o carisma pessoal com que era tratado pelo Führer, não pode uma colocação desta ordem *völkisch*²³ prosperar na ânsia de denegrir toda uma imagem e uma relação interna e íntima de povo-estado-educação do filósofo.

Por fim, diante das diretrizes apontadas e influências do niilismo, somos capazes de reconhecer que a própria visão da filosofia do ser impossibilitaram que Martin Heidegger se tornasse um admirador e praticante das atividades perpetradas pelo Estado Nazi; lembrando, derradeiramente, que esta nossa postura ainda é minoritária nos dias de hoje dentre os estudiosos da biografia do filósofo. Para muitos comentadores de sua vida e atividades acadêmicas faz surgir um paradoxo: como uma linha filosófica que acena à autenticidade do ser-aí seria capaz de estar ligado à doutrina de um regime ditatorial de governo?

Ficam as reflexões para que se possam, definitivamente, afastar quaisquer semelhanças entre o pensamento de Heidegger, colocados de forma fantástica em seus escritos, com aqueles delineados na obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler, como infelizmente, ainda tentam alguns estudiosos concatenar.

²³ Termo utilizado por Carl Schmitt para pensar um povo étnica e racialmente homogêneo como um “valor” absoluto.